



## Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

### ATA NÚMERO 33/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Aos 03 dias do mês de novembro de 2020, reuniu, pelas 14 horas e 30 minutos, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala três do Palácio de S. Bento e por videoconferência Skype, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Apreciação e votação de Parecer relativo a pedido de levantamento de imunidade parlamentar;**
2. **Procedimento a adotar em relação ao Projeto de Resolução 734/XIV/2.<sup>a</sup> (PAN) - "Recomenda ao Governo que disponibilize as instalações necessárias para que a Entidade para a Transparência possa começar a funcionar";**
3. **Ratificação de Pareceres sobre renúncia, suspensões e substituições de Mandato de Deputados;**
4. **Aprovação de Atas;**
5. **Diversos.**

O Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão (PS)** deu início à reunião informando que, uma vez que não se encontrava presente da Senhora Deputada Relatora do parecer referente ao **Ponto 1** da Ordem do Dia (OD) nem o Senhor Deputado autor do Projeto de Resolução referente ao **Ponto 2** da OD, passou de imediato para o **Ponto 3** e, no uso da palavra, identificou os pareceres sobre renúncia, suspensão e substituição de mandato que foram elaborados e votados em sessão plenária, tendo colocado os mesmos à votação, para sua ratificação pela Comissão, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

De seguida, entrou-se no **Ponto 4** da OD, tendo o Senhor Presidente colocados para votação, em bloco, as atas 28 a 30, tendo as mesmas sido **aprovadas por unanimidade**, registando-se a ausência do PAN.

Entrando de seguida no **Ponto 5** da OD, o Senhor Presidente informou sobre as deliberações adotadas relativamente à autorização de deputados serem ouvidos como testemunhas em processo judiciais. Tendo sido concedido prazo para os deputados se pronunciarem, aplicou-se a regra prevista no Regulamento da Comissão e ambos os deputados irão depor por escrito. De seguida, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Delgado Alves (PS)**, para esclarecer pedidos pendentes referentes a registos de interesses de dois deputados, tendo sido esclarecido pelo Senhor Deputado que ambas as situações estavam em análise e que seriam fornecidas à Comissão as conclusões do Grupo de Trabalho.

Com a chegada da Senhora Deputada, **Isabel Oneto (PS)**, relatora do parecer referente ao **Ponto 1** da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente retomou o assunto tendo



## Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

### ATA NÚMERO 33/XIV/2.ª SL

reconhecido o trabalho desenvolvido pela Senhora Deputada no parecer por si elaborado e deu, de seguida, a palavra à Senhora Deputada relatora, que no uso da mesma, fez uma breve exposição do parecer elaborado. A Senhora **Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**, pediu a palavra e, no uso da mesma, saudou o trabalho desenvolvido pela Senhora Deputada Relatora, tendo informado nada ter a opor à parecer apresentado.

Não tendo havido mais nenhum pedido de palavra, o Senhor Presidente fez uma observação relativamente à forma de redação da conclusão do parecer, questão que está a ser tratada em Mesa e Coordenadores, enunciando as dificuldades encontradas em estabelecer qual a matéria que deverá constar no link do guião de votações. Nesse sentido, sugeriu o Senhor Presidente colocar à votação o parecer dando igualmente confiança à relatora e à Mesa para, em reunião de Mesa e Coordenadores se definir a fórmula de redação da conclusão do Parecer.

Não tendo havido oposição ao proposto, o Senhor Presidente colocou à votação o parecer tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, registando-se a ausência do CDS-PP e do PAN.

De seguida, quanto ao **Ponto 2** da Ordem de trabalhos, o Senhor Presidente informou que, os termos regimentais, o Autor do Projeto de Resolução deve declarar se pretende discutir o documento em Comissão ou em Plenário. Registando-se a ausência do Senhor Deputado do PAN, autor do Projeto de Resolução, o assunto fica pendente até à sua pronúncia.

O Senhor **Deputado José Magalhães (PS)**, pediu a palavra e, no uso da mesma, referiu se a Comissão iria pronunciar-se sobre a potencial declaração do Estado de Emergência e exprimiu a sua preocupação sobre o atraso na instalação da Entidade para a Transparência pelo Tribunal Constitucional. O Senhor Deputado **Pedro Delgado Alves (PS)**, pediu a palavra e, no uso da mesma, esclareceu que o Tribunal Constitucional focou dois problemas, nomeadamente, manifestou existirem problemas relativamente à concretização da plataforma digital e informou que era crucial definir-se o local para a instalação da sede da Entidade para que seja possível prosseguir-se com os demais trabalhos. Referiu ainda que no dia de amanhã haveria Conferência de Líderes para se agendar a questão da declaração do Estado de Emergência sendo essa a única informação disponível. Tomou, de seguida, a palavra o Senhor Deputado **João Oliveira (PCP)**, que no uso da mesma referiu que não tinham ainda a proposta para a declaração do Estado de Emergência e acrescentou que existe uma deliberação do Presidente da Assembleia da República a suspender os trabalhos das Comissões, exceto na aplicação do Estatuto dos Deputados, pelo que nesse sentido considera que deve ser aplicada a deliberação do PAR.



## Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

### ATA NÚMERO 33/XIV/2.<sup>a</sup> SL

De seguida, a Senhora **Deputada Isabel Oneto (PS)** tomou a palavra e no uso da mesma apresentou breve exposição sobre a declaração do Estado de Emergência, enunciando que é necessário transmitir segurança jurídica aos cidadãos.

O Senhor Presidente referiu que, quanto às questões suscitadas sobre o Tribunal Constitucional, se existirem iniciativas dos GP nesse sentido, serão as mesmas apreciadas. A Comissão fez o que lhe competia ao promover o diálogo com o Tribunal Constitucional. Relativamente ao andamento dos trabalhos, o Senhor Presidente informou ser prematuro pronunciar-se sobre o Estado de Emergência e acrescentou que os trabalhos que decorrem na Comissão eram referentes ao Estatuto dos Deputados, existindo prazos que tinham de ser cumpridos.

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião, que ficou registada em áudio. A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 de novembro de 2020.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Jorge Lacão)**



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

**ATA NÚMERO 33/XIV/2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Constança Urbano De Sousa (PS)

Fernando Anastácio (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Isabel Alves Moreira (PS)

Isabel Oneto (PS)

João Paulo Correia (PS)

Jorge Lação (PS)

José Magalhães (PS)

Pedro Delgado Alves (PS)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Paulo Rios De Oliveira (PSD)

Pedro Rodrigues (PSD)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

Sofia Matos (PSD)

José Manuel Pureza (BE)

João Oliveira (PCP)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)

Carla Sousa (PS)

Lúcia Araújo Silva (PS)

Clara Marques Mendes (PSD)

Eduardo Teixeira (PSD)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

**ATA NÚMERO 33/XIV/2.<sup>a</sup> SL**

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

André Silva (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima (PSD)

Pedro Filipe Soares (BE)